

Editorial: As mudanças climáticas enquanto uma questão territorial

Lorena Izá Pereira  

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Camila Ferracini Origuela  

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
(IFSULDEMINAS), Câmpus Passos – Passos, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: camila.ferracini@unesp.br

Estevan Coca  

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Bernardo Mançano Fernandes  

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: mancano.fernandes@unesp.br

Eduardo Paulon Girardi  

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: eduardo.girardi@unesp.br

Este editorial é escrito em meio a uma onda de calor marcada por temperaturas elevadas e baixa umidade, sob um céu primaveril de tonalidade azul, entrecortado pelo cinza das queimadas no extremo oeste do estado de São Paulo. Trata-se de mais uma entre tantas ondas de calor que têm contribuído para sucessivos recordes de temperatura nos últimos anos — os mais quentes já registrados na história. A chamada mudança climática — termo mais amplo do que o propagado “aquecimento global” — figura no centro dos debates contemporâneos em múltiplas escalas e dimensões. Contudo, sua manifestação nos diferentes territórios é desigual, reproduzindo e aprofundando injustiças ambientais (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009), climáticas e territoriais (Pereira, 2025). Ademais, as políticas de mudanças climáticas (Franco e Borras Jr., 2019), frequentemente orientadas por narrativas centradas na urgência de atingir a meta global denominada *Net Zero* via soluções de mercado — como se a complexidade da crise climática pudesse ser reduzida a um único parâmetro quantitativo — e formuladas sob uma lógica colonial, corporativa e desterritorializadora, também operam como catalisadoras dessas injustiças.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#).

Este cenário torna-se ainda mais complexo à medida que o enfrentamento da crise climática é convertido em métricas de redução de emissões de carbono, as quais, por sua vez, transformam territórios de vida em meros substratos passíveis de apropriação para a instalação de empreendimentos ditos “verdes” — sejam eles energéticos, de infraestrutura, do agronegócio ou até mesmo da chamada mineração verde. As métricas de redução e os mecanismos de financiamento climático são continuamente barganhados em arenas diplomáticas internacionais, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, conhecida como Conferência das Partes (COP), cuja trigésima edição será realizada em novembro de 2025, em Belém (Pará), no coração da Amazônia brasileira. O megaevento — que assim tem sido concebido, inclusive em termos de especulação imobiliária e de impactos sobre a população belenense — assume um papel ambíguo: por um lado, explicita as contradições inerentes à institucionalização da questão ambiental (Porto-Gonçalves, 2006); por outro, promove uma narrativa de sustentabilidade que, muitas vezes, se está ancorada no *greenwashing* (Pereira, 2025).

Ao mesmo tempo, boa parte das atuais inovações direcionadas ao campo no contexto da chamada “Agricultura 4.0” ou “agricultura digital” possui um forte apelo climático-ambiental. Tecnologias como drones, sensores, tratores inteligentes e a própria Inteligência Artificial, são apontados como capazes de gerar uma agricultura mais eficiente e com menor impacto nas mudanças climáticas, ou então, a chamada “climate-smart-agriculture” (Taylor, 2018). O que muitas vezes passa despercebido nessas discussões e proposições é que a “agricultura digital” tem sido protagonizada por corporações capitalistas como solução para problemas causados pela própria agricultura capitalista (ETC Group, 2022), além do que, tais tecnologias dificilmente dialogam com a diversidade territorial da agroecologia.

Diante dessa situação contraditória a Revista NERA, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, vinculado ao Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), que desde 1998 publica manuscritos voltados à questão agrária, à luta pela terra, à reforma agrária, aos movimentos socioterritoriais e aos diferentes modelos de desenvolvimento propostos para o campo em múltiplas escalas, reconheceu a necessidade e a urgência de promover um debate articulando a questão agrária e as mudanças climáticas. Com esse propósito, foi lançada uma chamada para uma seção temática dedicada ao tema, cujo objetivo central é, a partir da compreensão de que a questão climática, assim como a questão agrária, é fundamentalmente uma questão territorial, refletir sobre as interseções entre ambas, considerando seus impactos, conflitos e possibilidades de resistência. Neste número 3 (v.

LORENA IZÁ PEREIRA • CAMILA FERRACINI ORIGUELA • ESTEVAN COCA •
BERNARDO MANÇANO FERNANDES • EDUARDO PAULON GIRARDI

28, julho–setembro de 2025), apresenta-se o primeiro conjunto de manuscritos submetidos à seção temática, composto por quatro artigos e uma entrevista.

No primeiro manuscrito, intitulado “*Governança para a sustentabilidade do sistema alimentar*”, Rozane Marcia Triches e Miguel Angelo Perondi introduzem no debate a temática da governança dos sistemas alimentares em diferentes escalas, apresentando reflexões teórico-práticas consistentes sobre o tema. A partir de uma densa revisão da literatura, os autores concluem que o debate sobre os sistemas alimentares tem se materializado de forma multiescalar, sobretudo a partir de experiências que buscam equidade, justiça, ética e sustentabilidade, impulsionadas por movimentos sociais que mobilizam atores historicamente excluídos. Ao mesmo tempo, alertam que tais sistemas ainda enfrentam dificuldades para se expandir para além das escalas local e regional, bem como para obter reconhecimento, crédito e legitimidade como sistemas alimentares sustentáveis com potencial de gerar impactos mais amplos e de confrontar o modelo dominante.

No artigo “*Gentes e Florestas: pistas para imaginar outras agri-culturas*”, Caroline Zalamena, Lúcio André de Oliveira Fernandes e Marielen Priscila Kaufmann mapeiam os movimentos micropolíticos que se intensificam nas relações entre gentes e florestas em quatro agroecossistemas localizados no Escudo Cristalino Sul-Riograndense, na região sul do estado do Rio Grande do Sul. As autoras e o autor evidenciam como as agroflorestas e suas gentes transformam paisagens e criam outros mundos e formas de se relacionar com a terra, mesmo em um contexto marcado pelo intenso avanço do agronegócio. Zalamena, Fernandes e Kaufmann (2025) trazem para o centro da discussão a agroecologia, os sistemas agroflorestais, o *buen vivir* e a relevância dos fazeres-saberes e das tecnologias populares e ancestrais como expressões não apenas de resistência, mas também de imaginação e construção de outras agri-culturas possíveis.

Em seguida, o manuscrito “*Estratégias de green grabbing no contexto da transição energética: um estudo a partir da apropriação integral do território na América Latina*” apresenta a análise das autoras Lia Pinheiro Barbosa e Luciana Nogueira Nóbrega sobre as formas contemporâneas de despossessão e espoliação, centradas na categoria de território, decorrentes da transição energética — sobretudo aquelas relacionadas aos corredores de livre comércio e ao *green grabbing* na América Latina. Barbosa e Nóbrega (2025) mobilizam o conceito de *green grabbing*, outrora trabalhado por Fairhead, Leach e Scoones (2012), para caracterizar apropriações de terras (*land grabbing*) justificadas por fins ambientais, configurando uma modalidade contemporânea de apropriação integral do território em regiões de interesse estratégico do capital. As autoras concluem que a chamada transição energética se configura como uma estratégia para garantir a reprodução do sistema

capitalista de produção, especialmente em tempos de crise, nos quais a diversificação de portfólios se torna necessária (Traldi e Rodrigues, 2022; Pereira, Vital e Fonseca, 2024; Cavalcante, Sousa e Assis, 2025) e em que é preciso acumular a partir da internalização das externalidades geradas pelo próprio sistema capitalista (Cornetta, 2025).

No quarto artigo, intitulado “*Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), extractivismo y conflictividad territorial en Córdoba, Argentina (2015-2025)*”, o autor Gabriel Horacio Galván analisa as políticas estatais voltadas ao desenvolvimento territorial na província argentina de Córdoba durante o período de 2015 a 2025. Galván (2025) aponta que os resultados indicam que a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como da Agenda 2030, enquanto eixos estruturantes das políticas estatais, representa uma oportunidade para a reestruturação do sistema capitalista de produção e para a modernização empresarial das frações de classe extractivistas, em busca de licenças sociais que lhes permitam apropriar-se do território por meio da institucionalização do chamado desenvolvimento sustentável. Assim como Barbosa e Nóbrega (2025), Galván (2025) coloca a questão territorial no centro da reflexão sobre os desafios e conteúdos da questão agrária no século XXI.

Por fim, a entrevista “*A Reserva Extrativista ‘original’ foi ‘apagada’ pelo SNUC? Reflexões com Osmarino Amâncio Rodrigues, liderança histórica do movimento seringueiro*”, realizada por Anselmo Gonçalves da Silva e Lailton dos Santos Costa, apresenta reflexões geográficas e profundas a partir do relato de Osmarino Amâncio Rodrigues. Estruturada em onze blocos temáticos, a entrevista evidencia o distanciamento entre o modelo institucional vigente e a concepção original das Reservas Extrativistas (RESEX), incorporadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, apontando impactos sobre a sustentabilidade do modelo e sobre a resistência territorial das comunidades diante de desafios sociais e climáticos crescentes.

Os manuscritos que compõem esta primeira parte da seção temática “*Questão Agrária e Mudanças Climáticas*” evidenciam as múltiplas conexões entre a crise climática e temas historicamente centrais no debate da Geografia Agrária, como a questão alimentar, o campesinato, os povos e comunidades tradicionais, o agronegócio, os conflitos territoriais, e as resistências, inserindo a agroecologia no cerne do enfrentamento a referida crise. Esses trabalhos demonstram como a crise climática, enquanto componente basilar da crise estrutural do sistema capitalista de produção, tem sido apropriada como narrativa legitimadora da continuidade da acumulação do capital no espaço e no tempo.

Novas territorialidades, narrativas, formas de controle e apropriação, bem como novos mecanismos financeiros e políticas agrárias (Paprocki e McCarthy, 2024; Cornetta, 2025), emergem e configuram renovadas dinâmicas para o debate e para a compreensão da

LORENA IZÁ PEREIRA • CAMILA FERRACINI ORIGUELA • ESTEVAN COCA •
BERNARDO MANÇANO FERNANDES • EDUARDO PAULON GIRARDI

questão agrária. As soluções orientadas pelo mercado e pelos mecanismos de compensação — como a compra do “direito de poluir” — revelam a criação de novos mercados que operam, em essência, como instrumentos de privatização dos territórios em suas múltiplas dimensões, inclusive a da vida, reproduzindo contínuas desterritorializações.

A questão climática, assim como a questão agrária, é fundamentalmente uma questão territorial. Em um cenário de mudanças climáticas, a terra assume papel central: ora na mitigação da crise, por meio de territorialidades que sustentam práticas ecológicas e solidárias — como a agroecologia —, ora na intensificação do colapso climático, decorrente da conversão de territórios tradicionais e florestais em áreas dominadas pelo agronegócio, pela mineração e por megaprojetos de infraestrutura.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível refletir sobre as interseções entre a questão agrária e as mudanças climáticas, considerando seus impactos, conflitos e possibilidades de resistência. Este número constitui um primeiro passo nessa direção.

Presidente Prudente, São Paulo, Brasil, primavera de 2025.

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BARBOSA, Lia Pinheiro; NÓBREGA, Luciana Nogueira. Estratégias de green grabbing no contexto da transição energética: um estudo a partir da apropriação integral do território na América Latina. **Revista NERA**, v. 28, n. 3, e11122, jul.-set., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252811122>.

CAVALCANTE, Leandro Vieira; SOUSA, Jackson Araujo; ASSIS, Thiago M. Ferreira de. As contradições da energia renovável no Semiárido: o caso da injustiça ambiental produzida por empreendimento de energia solar na Comunidade Quilombola Pitombeira (Paraíba - Brasil). **Revista NERA**, v. 28, n. 1, e10639, 2025. <https://doi.org/10.47946/rnera.v28i1.10639>.

CORNETTA, Andrei. **“Crise ambiental” e os negócios do clima**: uma perspectiva crítico-popular. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 02, 237-261, 2012.

ETC GROUP. **Food Barons 2022. Crisis Profiteering, Digitalization and Shifting Power: Mapping the corporate power in big food**. Durham: ETC Group, 2022.

FRANCO, Jennifer; BORRAS JR., Saturnino M. Grey areas in green grabbing: subtle and indirect interconnections between climate change politics and land grabs and their implications for research. **Land Use Policy**, v. 84, p. 192-199, 2019.

GALVÁN, Gabriel Horacio. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), extractivismo y conflictividad territorial en Córdoba, Argentina (2015-2025). **Revista NERA**, v. 28, n. 3,

e10808, jun.-sep., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252811067>.

PAPROCKI, Kasia; McCARTHY, James. The agrarian question of climate change. **Progress in Human Geography**, v. 48, n. 6, p. 691-715, 2024. <https://doi.org/10.1177/03091325241269701>.

PEREIRA, Lorena Izá; VITAL, Miriam Moura; FONSECA, Roberta O. da. Impactos territoriais e a instalação de projetos eólicos na comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado (Pedra Grande/RN): transição energética ou uma nova fronteira para a acumulação do capital? **Revista NERA**, v. 27, n. 3, e10314, 2024. <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i3.10314>.

PEREIRA, Lorena Izá. Energia eólica e injustiça territorial: o avanço do controle do capital sob a retórica da sustentabilidade. **Boletim Paulista de Geografia**, Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local São Paulo v. 1, n. 114, 2025 (no prelo).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Anselmo; COSTA, Lailton dos Santos. A Reserva Extrativista ‘original’ foi ‘apagada’ pelo SNUC? Reflexões com Osmarino Amâncio Rodrigues, liderança histórica do movimento seringueiro. **Revista NERA**, v. 28, n. 3, e11059 (entrevista), jul.-set., 2025.

TAYLOR, Marcus. Climate-smart Agriculture: what is good for. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 1, p. 89-107, 2018.

TRALDI, Mariana; RODRIGUES, Arlete M. **Acumulação por despossessão**: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro. Curitiba: Appris Editora, 2022.

TRICHES, Rozane Marcia; PERONDI, Miguel Angelo. Governança para a sustentabilidade do sistema alimentar. **Revista NERA**, v. 28, n. 3, e10996 jul.-set., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252810996>.

ZALAMENA, Caroline; FERNANDES, Lúcio André de Oliveira; KAUFMANN, Marielen Priscila. Gentes e Florestas: pistas para imaginar outras agri-culturas. **Revista NERA**, v. 28, n. 3, e11064, jul.-set., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252811064>.